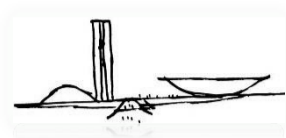


Pauta Congressista da Confederação Nacional de Municípios, contendo as principais matérias de interesse da Entidade, referente a semana do dia 3 a 7 de dezembro de 2018.



**PLENÁRIO / 4/12/2018, ÀS 16H**

**ITEM 1 – PLP 270/2016** (Lei de Responsabilidade Fiscal). Ementa: Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica.

Autor: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**Posicionamento: Aprovar.**

**PLENÁRIO/ 5/12/2018, ÀS 9H**

**ITEM 4 – PL 2724/2015** (Nova Política de Turismo). Ementa: Modifica o artigo 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB-PE).

**Posicionamento: Proferir parecer pela aprovação.**

**ITEM 11 – PLP 459/2017** (Código Tributário Nacional). Ementa: Altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.

Autor: Senador José Serra (PSDB-SP).

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / DATA: 4/12/2018, ÀS 14H30, PLENÁRIO 1**

**ITEM 16 – PLP 436/2008** (Código Tributário Nacional). Ementa: Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União.

Autor: Deputado Cleber Verde (PRB-MA).

Relator: Deputado Marcos Rogério (DEM-RO).

**Posicionamento: Aprovar parecer pela rejeição da matéria.**

**ITEM 35 – PL 1655/2011** (Salário Educação). Ementa: Altera o § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para dispor sobre a distribuição nacional dos recursos do salário-educação.

Autor: Deputada Profª. Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

Relator: Deputado Felipe Maia (DEM-RN).

**Posicionamento: Contrário com ressalvas.**

**ITEM 41 – PL 325/2015** (Uniforme e Material Escolar). Ementa: Dispõe sobre o fornecimento de uniforme e material escolar na educação básica.

Autor: Deputado Goulart (PSD-SP).

Relator: Deputado Thiago Peixoto (PSD-GO).

**Posicionamento: Contrário com ressalvas.**

**COMISSÃO DE LICITAÇÕES – PL 1292/1995 / DATA: 4/12/2018, ÀS 15H30, PLENÁRIO 14**

**Tema:** Discussão e votação do parecer do relator, deputado João Arruda. **Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / DATA: 5/12/2018, ÀS 10h, PLENÁRIO 4**

**ITEM 6 – PL 7650/2006** (Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Ementa: Altera os arts. 24 e 34 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada de tempo integral no ensino fundamental, no prazo de 5 (cinco) anos.

Autor: Senador Marcos Guerra (PSL-ES).

Relator: Deputado Izalci Lucas (PSDB-DF).

**Posicionamento: Aprovar o parecer do relator.**

**ITEM 7 – PL 5018/2013** (Fundo Garantia Safra). Ementa: Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e dá outras providências.

Autor: Senador Antônio Russo (PR-MS).

Relator: Deputado João Paulo Kleinubing (DEM-SC).

**Posicionamento: Contrário ao voto do relator.**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – CAPADR / DATA: 5/12/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 6**

**ITEM 7 – PL 6947/2010** (Lei da Política Agrícola). Ementa: Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para modificar a composição e as atribuições do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Autor: Deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS).

Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA – CME / DATA: 5/12/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 14**

**ITEM 2 – PL 2116/2011** (Iluminação Pública). Ementa: Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, que "dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

Autor: Deputado Leopoldo Meyer (PSB-PR).

Relator: Deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG).

**Posicionamento: Rejeitar.**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMADS / DATA: 5/12/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 1**

**ITEM 13 – PL 2800/2015** (Código Florestal). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas para a manutenção de imóveis residenciais e comerciais em Áreas de Preservação Permanente localizadas em perímetros urbanos.

Autor: Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS).

Deputado Nilto Tatto (PT-SP).

**Posicionamento: Aprovar parecer pela REJEIÇÃO. A CNM entende que o PL 2800/2015 está ultrapassado, pois a matéria está regulada pelo Código Florestal, a partir de alteração feita pela Medida Provisória 759/2016. Ademais, a Confederação entende que, também é bastante prejudicial, pois é incoerente que imóveis de tamanhas proporções causem impacto ambiental baixo ou nulo, especialmente quando situados em APPs, que são áreas protegidas por serem ambientalmente importantes e sensíveis.**

**Ademais, a matéria contraria outras legislações que regem dispositivos e interesses municipais. Logo, a Confederação é contrária ao PL 2800/2015.**

**ITEM 16 – PL 4868/2016** (Cria o Fundo Nacional Pró-Água). Ementa: Cria o Fundo Nacional Pro-Água, e dá outras providências.

Autor: Deputado Luis Carlos Hauly (PSDB-PR).

Relator: Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

**Posicionamento: Aprovar.**



**PLENÁRIO, DATA: 4/12/2018, ÀS 14H**

**ITEM 2 – PLS 334/2017** (Econômico – Planejamento e Orçamento). Ementa: Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal.

Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB-ES).

**Posicionamento: Rejeitar a matéria.**

**ITEM 18 – PLS 334/2017** (Econômico – Planejamento e Orçamento). Ementa: Institui o Conselho de Avaliação das Políticas Tributárias.

Autor: Comissão de Assuntos Econômicos.

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE – CMA / DATA: 4/12/2018, ÀS 11h30, PLENÁRIO 9**

**ITEM 8 – PLS 368/2012** (Social – Meio Ambiente). Ementa: Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.

Autora: Senadora Ana Amélia (PP-RS) Relator:

Senador Romero Jucá (MDB-RR)

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CMA / DATA: 5/12/2018, ÀS 9h, PLENÁRIO 13**

**ITEM 3 – PLS 146/2014** (Econômico – Desenvolvimento Regional). Ementa: Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autor: Senador Antônio Valadares (PSB/SE).

Relator: Senador José Pimentel (PT-CE).

**Posicionamento: Aprovar.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ / DATA: 5/12/2018, ÀS 10H, PLENÁRIO 3**

**ITEM 10 – PLS 228/2018** (Remuneração/Subsídio Agente Públicos). Ementa: Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Relator: Senador Hélio José (PROS-DF).

**Posicionamento: Rejeitar.**